



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680434 - SC (2021/0220694-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : GUILHERME ALEXSANDER DA ROCHA VIEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUILHERME ALEXSANDER DA ROCHA VIEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (N. 5024223-54.2021.8.24.0000/SC).

O paciente foi preso preventivamente pela prática, em tese, do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que a decisão que decretou a preventiva não contém os requisitos autorizadores dos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, bem como afirma que a fundamentação foi genérica.

Requer, liminarmente, reconhecimento das ilegalidades do acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e seja colocado em liberdade até o julgamento final do presente remédio constitucional. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente